

Reduzir o custo, não reescalonar a dívida

Luiz Carlos Pereira
de Carvalho (*)

Na próxima rodada de renegociação da dívida externa brasileira, o País se apresentará com um perfil bem mais favorável do que nas vezes anteriores. Embora o resultado conseguido tenha sido apoiado em uma política interna recessiva, representando um elevado custo social a toda coletividade, as metas consideradas no acordo com o Fundo Monetário Internacional, exceção feita ao controle da expansão monetária, foram cumpridas, algumas até com relativa folga. O quadro revelado pelo resultado obtido comprova a capacidade do País de saldar sua dívida externa. Se for possível manter um incremento das exportações da ordem de 10 a 15% e imple-



mentar um crescimento mais firme à economia, a situação futura poderá apresentar-se de maneira menos penosa. É evidente que o crescimento das exportações dependerá da tendência de comportamento do comércio exterior, o que, por sua vez, está intimamente ligado ao desempenho da economia dos países desenvolvidos, como Estados Unidos e países europeus, principalmente esses últimos, que poderão absorver pelo menos parte de uma eventual redução de demanda americana de importações.

Assim, é de fundamental importância a estratégia a ser considerada na próxima renegociação brasileira. Talvez não seja interessante ficar muito preso ao esquema acertado com o México. Certamente a "performance" apresentada pelo Brasil não fica atrás da obtida pelo México. Todavia não está perfeitamente garantido que se consigam condições mais

favoráveis ou até mesmo idênticas às acertadas no acordo com aquele país. Além do mais, é importante destacar que há nítidas diferenças entre os interesses dos dois países. A prioridade mexicana foi garantir o reescalonamento da dívida a vencer, enquanto a brasileira é reduzir o custo da sua dívida.

Para o Brasil, o importante é fazer que os credores internacionais entendam que o fundamental a partir de agora é o crescimento mais acelerado da economia brasileira. Os últimos dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) revelam que, no período compreendido entre os anos de 1981 e 1983, a renda média da população caiu, em termos reais, 14,4%. Esse dado é um alarmante indicador do nível de empobrecimento atingido pelo País recentemente.

Assim, a garantia desse crescimento é básico para

minorar os sacrifícios sociais suportados e em nada prejudicará os futuros mecanismos de pagamento da dívida externa. Dessa forma, ao lado da obtenção de menores "spreads", deve ser reforçada com intransigência a importância da reserva de maior parcela de recursos para a retomada do crescimento econômico. Em consequência, é preponderante a exigência de maiores prazos para o pagamento da dívida a fim de garantir a existência de espaço para esse crescimento.

Contudo, as últimas medidas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional não revelaram um comportamento mais flexível com relação à hipótese de crescimento econômico pelo menos até o fim do ano. A nítida preocupação do governo em cumprir a meta de expansão de 95% da base monetária até dezembro próximo provocará um sério aperto monetário e certamente alta nas taxas de

juros. Assim, o aperto de liquidez, aumentando as dificuldades de investimentos das empresas, repercutirá no ritmo de crescimento da economia.

De qualquer forma, a opção pelo crescimento econômico é fundamental e certamente terá de ser a meta prioritária para 1985. Desse modo, o governo brasileiro terá de considerar uma série de medidas de política interna relacionadas com essa prioridade. Destacam-se entre elas uma rigorosa atenção para o comportamento das taxas de juros, a fim de que se possa implementar com êxito uma política de investimentos que permita o crescimento da produção e do emprego, e um severo empenho na luta contra a inflação, sem dúvida um fator extremamente restritivo à retomada do crescimento econômico.

(*) Professor adjunto de Economia da USP e economista do Banesp.